

**MODERNIDADE E PODER:
AS DUAS FACES DA SOBERANIA RÉGIA.
A EMBAIXADA DO MARQUÊS DE FONTES À SANTA SÉ**

Sheila Conceição Silva Lima

Doutoranda em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

E-mail: shistuff2005@yahoo.com.br

Palavras-chave: Diplomacia. D. João V. Século XVIII. Poder.

O século XVIII é um período em que se vai amadurecendo e consolidando as efervescências, em relação às idéias que vão aparecendo no final da centúria anterior. Os homens, de um modo geral, estão inquietos, questionam sua prática diante de novas perspectivas políticas, sociais, tecnológicas e culturais. Sendo assim, convivem de perto com a efervescência do movimento, instituindo uma nova ordem social (HAZARD, 1941, p. 389).

O novo homem precisava transpor amarras da filosofia metafísica, que o mantinha atado às velhas tradições, e desenvolver o edifício humano. Havia necessidade de se investir em novas práticas, em novas experiências. Buscava edificar-se sobre uma política secular, uma religião sem mistérios e milagres e uma moral sem dogmas (DARNTON, 2005, p. 8-9).

Nesse processo de “Renascimento”, esses homens que inauguraram o século XVIII alcançavam uma força equiacional, certo paralelismo em conciliar forças inimigas. Conhecem as paixões e as dúvidas, como todos os homens, mas que, depois das perturbações da época precedente, aspiram uma ordem salvadora (HAZARD, 1941, p. 387). Esse fora o esforço de Spinoza, Bayle, Locke, Newton, Bossuet, Fenélon ... Mas não fora somente de franceses, holandeses e ingleses os esforços de compreender e inaugurar uma nova constituição social (HAZARD, 1941, p. 389). Os ibéricos, que por muitas vezes ficaram alijados das inquietações e movimentações do período, entendidos pela historiografia tradicional como atrasados no desenvolvimento das novas concepções filosóficas, políticas e culturais, reivindicam seu lugar, com especificidades, no espetáculo do mundo “ilustrado” e “racional” (TORGAL, 1981, p. 18–20).

É no governo de D. João V, monarca central na consolidação da dinastia Brigantina diante do mundo, após o episódio da Restauração Portuguesa, que ao dizer que seu avô [D. João IV] deveu e temeu, seu pai [D. Pedro II] deveu e ele não devia e nem temia, ratificava a

força de seu governo, que só recentemente vem sendo alvo de novas abordagens, apagando as imagens criadas, que identificava sua personalidade como “freirático, esbanjador, devoto, fraco, enredado nas tramas da religião” (SILVA, 2007, p. 10).

Nesse sentido, foi no reinado joanino que se deitou o período de vitalidade tanto sob o aspecto da cultura erudita, como sob o ponto de vida artístico. Experimentou a crescente valorização da língua vernácula e nesse universo cabe destacar o papel da gramatização e universalização da linguagem, na atuação do acadêmico, o Pe. Raphael Bluteau, que escreveu uma obra dedicada ao significado, pronúncia e ortografia das palavras: *O Vocabulário Portuguez e Latino* (uma espécie de história dos conceitos). Esse trabalho interligou as Academias portuguesas, a dos generosos e a Real de História, cujo membro D. Francisco Xavier de Menezes, o 4º Conde de Ericeira, participou calorosamente das reuniões com os acadêmicos da Academia das Conferências Eruditas. Reuniões que Bluteau organizava a fim de prover discussões sobre a metodologia e o significado das palavras ali expostas (BLUTEAU, 1720).

Esse processo erudito abarcou novas construções e debates nas áreas da matemática, com Manuel de Azevedo Fortes (1744), que compreendia que a filosofia matemática, para ser bem compreendida, necessitava de uma significação mais apurada e atenta das palavras. Percepção retirada de sua obra de 1744, *Lógica Racional, Geométrica e Analítica*. Para o Secretário do embaixador português em França, José da Cunha Brochado, é expressiva a importância do trabalho que o monarca e o Pe. Raphael Bluteau (1720) traziam para a adequação de Portugal às novas tendências, buscando a paridade portuguesa ao desenvolvimento alcançado pelas outras potências. Em carta de dezembro de 1701, reafirma a importância das novas ciências, dos dicionários para a correção das ignorâncias e o crescimento da intelectualidade e dos servidores do Estado.

Muito Reverendíssimo Padre Mestre e Senhor Meu:

Recebi a carta de vossa Paternidade de 31 de outubro e estimo que chegasse a essa cidade com saúde e que a viagem se fizesse sem algum acidente e com tantas ocasiões de passatempo e de gosto, que menos era necessário par um passageiro como V. Paternidade, que fugia dos fiéis do mundo para chegar aos fiéis de Deus.

Dou também a V. Paternidade os parabéns do bom acolhimento que lhe fizeram os seus P.P [sic] e da boa hospedagem que teve nesse convento a sua bela livraria [...].

Não duvido que o grande dicionário de V. Paternidade acha nessa corte todas as disposições plausíveis para sair à luz; esta obra, de que tanto necessita a língua portuguesa, fará imortal o nome de V. Paternidade em maior justiça que o dos Furetieres e dos Cornélios. Quem, com menos importância dela,

não for deste meu sentimento é inimigo da sua pátria e delinqüente de lesa-majestade.

[...] quantos há que ignoram não só os primeiros rudimentos da sua língua, mas as mesmas expressões de que usam! Quantos há que não sabem que coisa é artigo, pronome, preposição e advérbio, e quantos há que equivocam a democracia com a aristocracia, a Coroa com o diadema, e imaginam que a púrpura é obrigada a ser sempre vermelha, tudo por fala de dicionários que poderiam consultar sem pejo e sem custo! Creia Vossa Paternidade [...] todo mundo está persuadido da importância dela. [...] (BROCHADO, 1944, p. 137-139).

As felicitações ao reverendo padre Bluteau (1720) coadunam com uma nova percepção que o enviado à corte francesa expressa, com seu trabalho de representante da Coroa portuguesa. No entanto, suas críticas são fundamentadas, em especial, devido seu ofício de Secretário da Embaixada. Não admitia que representantes da elite portuguesa, já que a “população”, de um modo geral, galgava ainda um processo de analfabetismo, desconhecesse a importância e a grandeza da língua vernácula e mal conseguisse expressá-la corretamente trabalhada morfológica, léxica e gramaticalmente como Bluteau (1720) tentava fazer. Crítica também a intelectualidade que não dominava os trâmites das novas concepções estruturais das línguas modernas, que pudessem vertê-las ao português. Por fim, critica aos agentes, enviados e embaixadores que deveriam estar preparados para, diante de grandes forças política, econômica e cultural, expressarem a representatividade portuguesa à altura da confiança que a Monarquia, a eles, demandava.

Esta crítica também era pertinente aos setores de vanguarda da intelectualidade portuguesa. Todos aqueles que tinham um contato mais próximo com o estrangeiro, dava conta do descompasso em que se encontrava a cultura portuguesa. Segundo Joel Serrão (1980), os portugueses que residiam além fronteiras ou os que tinham viajado de forma demorada, tiveram este papel de relevo, em apontar os vícios que enfermavam diversos setores culturais lusos, principalmente, em relação às metodologias pedagógicas. Conhecidos como *estrangeirados*, esses homens atuavam nas áreas da diplomacia e da política, como o Secretário supracitado, D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão, Cavaleiro de Oliveira, Ribeiro Sanches, entre outros. Como na Educação com Luiz Antônio Verney (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001).

Buscando sanar tais enfermidades, D. João V assinala grande importância na atuação sobre a questão cultural. D. João, a partir da década de 20, investe, cada vez mais, na construção de um patrimônio cultural e memorialístico (SERRÃO, 1980, p. 426). É evidente o aumento do número de bibliotecas, e seu acervo é gerenciado pela catalogação feita pelos diplomatas, escolhendo livros exclusivos e outros ordinários. Investiu em livros, coleções de

gravuras e estampas, adquiridas em Haia, pelo Conde de Tarouca, por exemplo, como a encomenda de cópias de documentos portugueses existentes nos arquivos papais, formando a coleção *Rerum Lusitanicarum*, conhecida por *Symmicta Lusitanica*, feita por Manuel Pereira de Sampaio, contando com 109 volumes (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 534).

Outro investimento foi a biblioteca de vulto construída na Universidade de Coimbra. As obras foram autorizadas em 1716 e terminadas em 1744, após três reitorados. Esse processo abraçado pela realeza ganhou, igualmente, expressividade entre os indivíduos que compunham a elite lusa ou aqueles que serviam as Monarquias. Entre esses particulares destaca-se o Conde de Ericeira e sua grandiosa biblioteca (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 535).

O monarca também investiu em patrimônio material, como na edificação da Patriarcal e Mafra. Imponentes sinais da expressão magnânima do poder em enormes edifícios. Nesse universo da inquietação, dos paralelismos, da movimentação, da experimentação e do conhecimento, é expansiva a busca pelo letramento, pela cultura. Esse sintoma é perceptível pelo aumento considerável das Academias, incentivando as discussões de idéias, quer em todo o reino, quer, especificamente, em Lisboa. Mesmo sem uma prática eficiente, desde seu início, era o espaço onde se discutiam acerca das novas concepções. De 1670 a 1750 funcionaram as Academias dos Generosos, em Lisboa, 1647; Academia Instantânea, no Porto de 1673 e Academia Real de História, de Lisboa, de 1720 a 1750 (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 536-537).

Dessa forma, é impossível negar a participação do reino lusitano na circularidade empreendida em torno da renovação cultural e política, que se consolidava na Europa e em Portugal. O contato com o estrangeiro permitia a circulação das diversas correntes filosóficas e científicas em voga nos grandes centros de cultura européia. Contudo, a tradução desse mundo “ilustrado” ia se constituindo atrelado aos conceitos portugueses, que se baseavam numa tradição escolástica-aristotélica (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 559).

Nesse contexto de mudanças, a corte também foi alvo de metamorfoses. O refinamento e a identidade são pilares que marcaram a noção de cortesão, que vai se espalhando, não só pela nobreza titular, como para a nobreza togada. Esta, convivendo sempre mais próximo da corte precisava se inserir neste ambiente sofisticado e civilizador. A corte, enquanto espaço social estruturava-se num complexo cerimonial, que compreendia rituais diversos, formas de comportamento e de tratamento e, que tinha sempre no seu centro a figura do rei (ELIAS, 1987).

A magnificência portuguesa foi influenciada diretamente pela cultura francesa, que atuava sob as concepções de poder, principalmente, em relação à teoria política apresentada pelos embaixadores portugueses às sociedades de corte internacional, com maior significação, oferecendo ao imaginário todo o simbolismo de modernidade e esplendor que a Monarquia deveria ostentar. A moda francesa criava cabeleiras, sedas, pedrarias, leques, óculos, relógios de ouro, escrivaninhas, baixelas, toucadores e livros, o que corroborava com os luxos subsidiários da corte joanina.

Outra característica importante, que permitiu tal aproximação e a importação de tal cultura, foi o fausto joanino assegurado pelo ouro da América Portuguesa. Tal efetivo trouxe reconhecimento e equidade, para o reino, diante de seus pares internacionais. Esse fausto fora expandido para as práticas políticas, tendo sido incorporado na linguagem imagética e do poder dos servidores régios, como na materialização de uma hierarquia e de uma situação social, política e de poder, traduzida nos sistemas de primazia e nas formas de tratamento. (SERRÃO; OLIVEIRA MARQUES, 2001, p. 544).

Essa medida pode ser melhor explicada pela ação diplomática, que tem nas embaixadas régias, sinal da representatividade, da distinção, do espetáculo e do poder, do fausto e do luxo que demandava a soberania das Monarquias Modernas.

Neste sentido, uma das maiores embaixadas solenes foi apresentada à Cúria Romana em 1716. O monarca português, D. João V, enviara D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Menezes - o Marquês de Fontes - à Santa Sé, com a missão de representar a dignidade e a magnitude do reino e de sua dinastia Brigantina, que reivindicava paridade diplomática junto às outras cortes católicas, como França, Áustria e Madrid. Também buscava a legitimidade de escolher seu representante e fazer dele membro do Colégio Cardinalício. Essa medida política foi acrescida do desejo de elevar a Capela Real à Igreja Patriarcal, promovendo o reino à dignidade especial como gozava Antioquia, Alexandria, Jerusalém, Roma e Constantinopla.

André de Melo e Castro indicado por D. João V para intermediar as negociações em Roma chegou à cidade em 27 de agosto de 1707, pronto para se apresentar ao papa e ao Colégio dos Cardeais. Contudo, as parlamentações de paz acerca da Guerra de Sucessão Espanhola (1700-1713) intrigavam o regente português devido à diferenciação no tratamento em relação aos núncios papais. Portugal não tinha sido contemplado com a visitação do representante da cúria para a mediação de paz, como acontecera em França, Espanha e Áustria. Como Portugal gozava do Padroado Régio, cabia ao rei escolher o representante eclesiástico que, em nome do Papa, faria a interlocução para o fim das hostilidades.

Interessava a D. João V, além de interferir na escolha do dito representante, fazer de seu preferido um cardeal, como já ocorria em Paris, Viena e Madrid (SILVA, 2007, p. 272).

Entretanto, as comunicações entre Papado e Portugal foram atravessadas pelo ruído gerado pelas questões do Padroado do Oriente e, em especial, pelo mal estar decorrente dos *ritos chineses*. José da Cunha Brochado, em carta particular enviada ao Conde de Viana, datada de 1708, ressaltava, em tom sarcástico, as excentricidades da religião. Contudo, por outro lado, defendia a missão jesuítica na China, entendendo-a como um pilar fundamental à manutenção do Império Português. Assim afirmava:

Esperamos que se componham as dúvidas dos quindênios, que se reduza a melhor valor o dinheiro que vai para a Cúria, que se evitem ou moderem os meios que o levam [...] que as religiões de frades fiquem mais reformadas, e que mandem buscar menos breves para governos escusados e para privilégios escandalosos. Finalmente, que a Propaganda não usurpe o nosso padroado na China; o que o culto de Confúcio seja civil, e não de religião; que os padres da companhia façam sua corte ao imperador da China, e convertam politicamente aqueles pobres catecúmenos. Tudo há de vir à medida dos nossos desejos, e bom será que não esqueça unir ou pensionar algumas igrejas ao rendimento da Capela Real, e que os cônegos tenham algum privilégio de hábito e jurisdição (SILVA, 2007, p. 273).

O problema em relação ao Oriente dizia respeito às pressões eclesiásticas de outros reinos europeus, que igualmente pretendiam enviar missionários à China, até então sob o controle exclusivo do Padroado português. Nesse sentido, o papa vinha intervindo diretamente, enviando emissários à região. Estes últimos não raro entravam em conflito com os jesuítas, gerando atritos entre Sua Majestade fidelíssima e Sua Santidade. T tamanha era insatisfação que o papa Clemente XI solicitara ao rei que soltasse o cardeal Tournon, detido em Macau, por questionar as adaptações e apropriações dos costumes chineses, feitas pelos inacianos, à doutrina cristã. O papa declarava que as ordens de impedir o culto a Confúcio foram dadas por ele. D. João V reagira ameaçando cortar relações com a Santa Sé, caso não fosse atendido em suas petições. Aliás, foi mais longe, sugerindo desobedecer os breves e não aceitar o nuncio que seria enviado a Lisboa (SILVA, 2007, p. 273-274).

Assim, apesar de em Roma já residir o enviado André de Melo e Castro, D. João V resolveu reforçar a presença portuguesa junto ao Papado, enviando o embaixador extraordinário Marquês de Fontes. Desde 1708, Cunha Brochado (1944) já sabia que seria uma embaixada que iria “fazer maravilhas”, mas esta só foi notificada a Rodrigo Annes de Sá Almeida de Meneses, em 29 de agosto de 1711. Esta nomeação se fazia necessária devido às tensões criadas na corte papal. Nesses termos, entendendo a embaixada como “o negócio mais importante que a corte portuguesa tinha naquela cúria”, D. João V apresentou suas condições acerca da problemática exigindo que

se satisfizessem as queixas de um soberano estrangeiro, em relação ao patriarca de Antioquia, que permitia a ação cristã em seus domínios, mas não admitia intromissão em seu modo de governar seus súditos;

Que por direito natural, clamava o rei português ao soberano dos Estados Papais, que ele fizesse retratar, o dito cardeal Tournon por ter querido usurpar seus direitos de conquista daquelas paragens, pois o padroado real, vigente por diversas bulas papais, estava sendo burlado pelo eclesiástico. Suplicava ao papa que estas últimas fossem respeitadas e cumpridas;

Solicitava o bom senso ao papa e que as questões dos ritos sínicos fossem examinados cuidadosamente, antes de serem banidos por uma análise abrasada do Cardeal. Já que o rei estava informado que os decretos de Tournon haviam se tornado bula papal (SILVA, 2007, p. 274).

Conhecedor das práticas e etiquetas da diplomacia, D. Rodrigo ao aportar em Roma, em 1712, sob determinações régias, logo foi buscar, junto aos seus pares, os rigores do cerimonial protocolar da corte pontifícia. Assim determinava o ritual que:

Os embaixadores deveriam sair de suas casas até a porta da cidade com quatro coches “com mutas”, acompanhados pela respectiva comitiva a cavalo, trombetas e pagens. O percurso inverso era feito no carro do Secretário de Estado, juntamente com alguns prelados, a que se seguiam os coches dos cardeais, ministros e outros dignatários da corte (...) Com este cortejo, a representação diplomática oficializava-se e assumia, simultaneamente e em toda a sua plenitude, um verdadeiro caráter público. Só então o Embaixador tinha a primeira audiência com o Papa, informal a julgar pelo “hábito de campanha” com que se apresentava e pelos cinco carros “sem mutas” (PINHO, 1996, p. 57).

As preparações e dificuldades político-econômicas, que atravessava Portugal, geraram uma demora na apresentação por três anos. No entanto, uma precipitação, num momento indevido, poderia arruinar as parlamentações que já se faziam como e, em especial, o prejuízo às pretensões e imagem do monarca português. Portanto, esperar o melhor momento era fundamental para se recolher os frutos pretendidos.

Contudo:

obtido, de acordo com o cerimonial, o consentimento do Pontífice para a audiência na quarta-feira 8 do corrente mês de julho, foram destinadas às vinte e duas horas para o início da função, dia muito conveniente para se celebrara nesta Metrópole a Festa de Rainha Santa Isabel de Portugal, e tempo não menos adequado porque Roma, por tradição amante de espetáculos – quando mais se suntuosos e extraordinários – e preocupada com a imagem pública, pudesse contribuir sem perda dos seus próprios ofícios para saciar com a vista a ávida curiosidade, tanto mais que por ser dia de feriado se fez ver em pessoas de todas as condições, pelas estradas,

praças, janelas e varandas que vão da Praça Colona ao Quirinal, e não ficou desiludida porque a evidência superou a Fama (CHACRAS, 1716, p. 73).

A cidade barroca de Roma rendeu-se a suntuosa entrada do embaixador português, que para além da composição tradicional das entradas públicas, dos delegados estrangeiros, proporcionou às avenidas, praças e palácios romanos, onde se aglomeravam a massa anônima e os cortesãos, nobreza e clero romanos, um espetáculo sem igual. Os olhares atônitos da multidão brilhavam ao contemplar o esplendor do desfile português. Assim:

ao sinal de moderna magnificência patente em tudo, mas especialmente nas estruturas dos coches destinados à apresentação dos ministros em representação régia, o motivo mais aplaudido parece ter sido o fato de se sair totalmente das normas, ao apresentar novas inovações enriquecidas por extravagantes modinaturas e pela copiosa profusão de materiais, tanto nos carros como nos fardamentos, certamente o artifício mais adequado para seduzir o gosto comum e o motivo genuíno para iniciar as aclamações do Povo que, rendido e maravilhado com tão inesperadas e pomposas aparências, deu-se por completamente saciado (CHACRAS, 1716, p. 69-70).

Por outro lado, a expressividade do poder de D. João V se espraiou pela *urbis* romana, tomando uma dimensão pública, evidenciando a todos os representantes diplomáticos, o poder, o privilégio e a força que o Império de Portugal ainda demandava, num mundo cada vez mais secularizado e de grande mobilidade.

Todavia, as regras do ritual de corte ainda baseavam-se no luxo, na moda, na grandiosidade, na magnificência e na teatralização, que se pudesse oferecer aos olhos de quem promovia a política e comandava seus reinos e seus súditos. Sendo assim, a embaixada cumpriu o seu papel de representar o vigor da Monarquia lusa que se “enriquecia” com o fluxo aurífero da América portuguesa e salientar a importante aliança com a Santa Sé, que ainda se via como o árbitro da *respublica cristiana*.

Da representação dos coches, desfilaram 15 carros, ao invés dos 12 previstos, com destaque para os três carros triunfais que tanto maravilharam o povo romano, pela conjugação de materiais preciosos e riqueza iconológica. Na carrozza romana “barroca”, espaçosa e arejada, as esculturas de vulto perfeito, metamorfoseavam a estrutura do carro, promovendo uma imagem de impacto que não seria conseguido por uma simples composição pictórica (PINHO, 1996, p. 60).

A estrutura do desfile contava com o coupé, em que o embaixador gastou 2.026\$000, que fora destinado a D. Lázaro Leitão, dignatário eclesiástico. Logo em seguida o “coche de respeito”, denominado estufa, que representava o rei português e seguia vazio. Após a estufa,

seguia a numerosa “família da casa de Sua Excelência. Composta por 36 pessoas, entre elas 24 Palafreiros e 12 Lacaios, envergando casacas e calças de tecido azul celeste, ornadas por largas rendas de galão de prata e seda azul turquesa. Posteriormente, o coche principal, soberbo e majestoso, o transporte do Marquês de Fontes, que representava alegoricamente a Conquista e a Navegação portuguesas. Era “coberto (...) tanto o carro, como a caixa, como ainda os arreios dos cavalos (...) de ouro puro” (CHACRAS, 1716. p. 83). Depois, dois outros coches imponentes que se intitulavam respectivamente a Coroação de Lisboa – títulos dos monarcas portugueses – e os dos Oceanos. O segundo portava a alegoria das nações bárbaras derrotadas por Portugal e o último, fechando essa alta hierarquia, a união dos dois oceanos, indispensável ao comércio. Composto o cortejo seguiam os outros dez coches que eram mais sóbrios nos ornamentos, alguns de couro negro e puxados por apenas uma parelha, mas que não deixaram de exprimir o fulgor do ouro e, muito menos, passaram despercebidos do olhar da multidão, que era reconquistada com um novo êxtase e surtindo um efeito renovado de estupefação.

[Diante de tanta magnitude:] acompanhado de um cortejo de mais de 90 prelados e um número considerável de Cavaleiros Romanos e Estrangeiros e de Gentis-Homens de Cardeais, Embaixadores e Príncipes, repartindo em 300 coches, deu entrada Sua Excelência na audiência de Nosso Senhor, por entre aclamações universais, e para ele convergiam os olhares de todos os espectadores. Este, deixando-se ver do lugar donde desfrutava de tão suntuosa exibição, que muito notabilizaria o seu glorioso Pontificado, quis aplaudi-la com esta manifestação excepcional e deu-lhe ainda maiores e mais reconhecidos sinais do seu júbilo quando o [Marquês de Fontes] se ajoelhou para lhe beijar os santíssimos pés e lhe apresentou as Cartas régias (...) Concluída a cerimônia perto das duas horas da madrugada, e tendo entretanto aumentado a afluência de público que por qualquer impedimento se viria privado de tão nobre espetáculo, S. Exa. regressou ao seu Palácio visivelmente satisfeito, à luz de 30 torchas – 24 velas e seis lampiões – e acompanhado por alguns Prelados e muita Nobreza, por entre repetidas aclamações de Viva Portugal (CHACRAS, 1716, p. 116).

É inegável o simbolismo que o luxo e a pompa expressavam quando remetiam ao poder e a soberania dos monarcas do século XVIII. Ao imprimir a marca de grande Portugal, o reino necessitava exhibir-se diante de seus contemporâneos tão igual ou maior esplendor. Representar dignamente uma Monarquia requeria competência, gastos e investimentos. A expressão do poder estava atrelada ao peso que o monarca investia em suas Embaixadas. Portugal necessitava da aliança com a Santa Sé, pois tal primazia elevá-lo-ia, em certas prerrogativas, a transitar entre a constelação dos grandes europeus. Pois, sabedor de sua deficiência militar e econômica, social e política, nada mais importante que contar com o

apoio daquela, que os portugueses, ainda fulguravam como o árbitro da Cristandade. Assim, a Embaixada do Marquês de Fontes cumprira seu papel de maravilhar um mundo, que procurava já não ser tão “encantado”.

Fontes

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, Áulico, Anatômico, Architectônico*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1720.

BROCHADO, José da Cunha. *Cartas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1944.

CHACRAS, Luca Antônio. *Ilustre relato do suntuoso trem dos coches com que foi a audiência de Sua Santidade no dia 8 de julho de 1716 o ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo Annes de Sá Almeida e Meneses, Marquês de Fonte, ... Gentil-homem da Câmara da Majestade do Reino de Portugal e do seu Conselho, e seu Embaixador Extraordinário junto da Santidade de Nosso Senhor Papa Clemente XI*. Roma: Tipografia de Gio Francesco Chracas, 1716.

FORTES, Manuel de Azevedo. *Lógica Racional, Geométrica e Analítica*. Lisboa: 1744.

Referências

ARAÚJO, Ana Cristina B. Morte, memória e piedade barroca. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 11, p. 129-173, 1989.

BEBIANO, Rui. *D. João V. Poder e Espetáculo*. Aveiro: Livraria Estante Editora, 1987.

BRAZÃO, Eduardo. *D. João e a Santa Sé. As relações Diplomáticas de Portugal com o governo Pontifício de 1706 a 1750*. Coimbra: Editora Coimbra, 1937.

CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a Idéia de Diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

_____. *O Conde de Tarouca e a Diplomacia na Época Moderna*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. São Paulo: Imprensa Oficial / Funag, 2006.

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington. Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ELIAS, Nobert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

FURTADO, Junia Ferreira. Oráculos de uma geografia iluminista. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville na construção da Cartografia do Brasil. 2009. Tese (Titular em História Moderna) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

HAZARD, Paul. *La Crisis da Consciência Europeia 1680-1715*. Madrid: Ediciones Pegaso, 1941.

MARAVALL, José Antônio. *A cultura do Barroco*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 1997.

PINHO, Elsa Garret. Da Embaixada Extraordinária do Marquês de Fontes ao Papa. In: BESSONE, Silvana (Coord.). *Embaixada do Marquês de Fontes ao Papa Clemente XI*. Lisboa: Museu Nacional dos Coches / Instituto Português de Museus, 1996.

RIBEIRO, Ângelo Ribeiro. D. João V. In: PERES, Damião; CERDEIRA, Eleutério (Dirs.). *História de Portugal*. Porto: Ed. Portucalense, 1936. Coleção Monumenta.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Restauração e a Monarquia Absoluta. 1640-1750*. Lisboa: Verbo, 1980. v. 5. Coleção História de Portugal.

SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. As Realidades Culturais. In: MENESES, Avelino de Freitas de (Coord.). *Portugal: Da Paz da Restauração ao ouro do Brasil*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. v. 7. Coleção Nova História de Portugal.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *D. João V*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2007.

TORGAL, Luis Reis. *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981. v. 1.